



## GT 020. Antropologia dos Povos e Populações Costeiras: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

José Coláço Dias Neto (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Francisca de Souza Miller (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN) - Coordenador/a, Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE) - Debatedor/a, Marco Antonio da Silva Mello (DAC/IFCS-UFRJ) - Debatedor/a, Leticia D'Ambrosio Camarero (Universidad de la Republica) - Debatedor/a

Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activities ? tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral ? s?o habitantes de regi?es costeiras e historicamente t?m sido impactados por diversos fen?menos. A expans?o metropolitana, os desastres ambientais de grandes propor?es, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em ?reas de interesse ecol?gico, s?o alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupa??o de territ?rios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Seus efeitos recaem sobre um grande contingente de fam?lias ou de cidades inteiras ? no que diz respeito ?s economias locais, gest?o p?blica e formas de participa??o pol?tica ? ou, com rela??o ?s suas dimens?es mais abrangentes, em maiores escalas, pois tratam-se de fen?menos globais ajustados ?s estruturas contempor?neas de explora??o de recursos naturais, seus modos de produ??o e administra??o e reparti??o de lucros por parte de grandes agentes sociais e mesmo por Estados. Reflex?es sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organiza??o pol?tica destas popula?es, suas estruturas econ?micas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais ? sobretudo ag?ncias estatais, organiza?es n?o governamentais e empresas ? s?o alguns dos aspectos que ser?o discutidos nesta activity.

### **A participa??o das mulheres pescadoras em a??es voltadas para o manejo de pirarucus (arapaima gigas) no Acordo de Pesca do Paran? Velho, RDS Aman? , Am.**

**Autoria:** Ana Paula de Sousa Souza, Adriana Guimarães Abreu

O presente work visou analisar a participa??o das mulheres de quatro comunidades da RDS Aman?- Vila Nova, Santo Estev?o, Monte Sinai e Boa vista do Calafate em a??es de manejo de pirarucus e suas contribui??es no work da pesca manejada. A pesquisa buscou estudar os aspectos do perfil sociodemogr?fico das manejadoras, as atividades que desenvolvem a idade que come??aram a pescar, as dificuldades enfrentadas na atividade da pesca com as ocupa??es dom?sticas e cuidado com a ro??a. Compreendendo ainda a forma de negocia??o da renda obtida com o manejo com seus companheiros. A pesquisa consistiu em observa??o participante, etnografia em campo, pesquisa quantitativa e qualitativa, participa??o da reuni??o do Acordo de Pesca do Paran? Velho, alimenta??o do banco de dados, transcri??es de entrevistas, revis??o de literaturas sobre o tema do work, al?m de leituras de relat?rios de pesquisas desenvolvidas na ?rea. Os resultados mostraram que muitas s?o as dificuldades da mulher na atividade da pesca. Contudo sua participa??o tem sido cada vez mais vista, seu protagonismo aos poucos tem se firmado. E apesar das dificuldades para se sustentar na atividade, estas tem cada vez mais despertado interesses e se feito participativas no work da pesca. Segundo an?lises feitas em campo, ainda h? uma desigualdade no que se refere ? renda, e atividades que estas n?o fazem parte, como as vigil?ncias e a captura do pescado.

[Trabalho completo](#)



## **Aqui não tem mais água e no rio não tem mais peixe: conflitos ontológicos à beira do Piraquê-açu**

**Autoria:** Márcio Antonio Farias de Freitas

A costa do município de Aracruz, no Espírito Santo, é habitada por pescadores, ribeirinhos e populações Tupiniquim e Guarani - onde se encontram as únicas Terras Indígenas desse Estado - que a partir da década de 60 passam a sofrer com diversos impactos causados por duas ontologias modernas e externas às suas próprias, o desenvolvimentismo e o preservacionismo. E como já não bastassem todos os impactos causados por essas, esse cenário foi agravado em decorrência do crime ambiental da Samarco Mineração S/A., ocorrido em Bento Rodrigues, distrito de Mariana - MG, com o rompimento da barragem de Fundão, com 62 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério. Além de causar vítimas humanas e não-humanas nesse município, a lama atingiu o rio Doce e, depois de percorrer mais de 650 km, alcançou o oceano Atlântico através de sua foz - no município de Linhares - no Espírito Santo, espalhando-se pelo litoral capixaba, deixando para trás um rastro de destruição, impactando diversos coletivos humanos que vivem ao longo do rio Doce e no litoral do Espírito Santo, e dentre os municípios da costa capixaba impactados por esse crime ambiental destaca-se o município de Aracruz, ao sul de Linhares, estando o rio Piraquê-açu acerca de 50 km de distância da foz do rio Doce. Depois de ter participado da elaboração do plano de manejo da Reserva do Desenvolvimento Sustentável Municipal do Piraquê-açu em 2009, retornei ao entorno dessa unidade de conservação em 2017, na realização de meu work de campo para o doutorado em Antropologia realizado em Portugal, oportunidade em que busco entender como os impactos causados pela chegada da monocultura do eucalipto na década de 60, a criação da unidade de conservação na década de 80, bem como a contaminação do rio pela lama da Samarco em 2015, afetam a (re)produção material e simbólica de uma comunidade ribeirinha impressada entre o eucalipto e a unidade de conservação, como se organizam politicamente e reagem a toda essa situação.

## **As descascadeiras do mercado de Macaé: Uma etnografia sobre as atividades femininas e seus conflitos na pesca artesanal**

**Autoria:** Allyne Mesquita de Oliveira, CARLOS ABRAÃO MOURA VALPASSOS

Os problemas de gênero no cotidiano da pesca artesanal praticada em Macaé, conflitos, competências técnicas do saber-fazer, segregação e problemas de acesso a direitos marcam a presença da mulher no cenário da pesca artesanal no município de Macaé. As atividades femininas no processamento do pescado se dão de modo complementar às tarefas domésticas, gerando uma falta de reconhecimento de sua atuação na cadeia produtiva da pesca. A invisibilidade que as mulheres inseridas na atividade da pesca experimentam tem relação com outros problemas. Os rendimentos das descascadeiras, como as marisqueiras se auto intitulam, não são fixos. Elas não possuem salário nem contrato atuam por produção. Assim, sua renda depende da quantidade de camarão limpo que conseguem disponibilizar. Para tanto, ficam sujeitas às incertezas da atividade pesqueira que pode disponibilizar muito ou pouco camarão e também do entendimento de agências do Estado como o IBAMA sobre calendário reprodutivo das espécies. Nesse caso, quando ocorre o período do defeso quando as atividades pesqueiras são suspensas para que haja a reprodução de determinadas espécies -, não há captura de camarão e, portanto, as descascadeiras ficam privadas de suas atividades e de seus rendimentos. Essa pesquisa busca responder questões sobre o desenvolvimento das atividades, conflitos e dificuldades experimentados pelas mulheres em decorrência de



sua participação, competências técnicas e habilidades.

[Trabalho completo](#)

### **As múltiplas facetas das identidades: uma etnografia sobre o reconhecimento de direitos de pescadores em Portugal e Brasil**

**Autoria:** Fábio Reis Mota, José Colaço Dias Neto

O presente work pretende refletir, a partir de dois casos etnográficos, o modo como a identidade social de pescador artesanal é construída em dois contextos sócio-culturais diferentes, a saber, em Portugal e no Brasil. O caso português foi observado em um povoado de pescadores chamado Carrasqueira e localizado na costa central do país. A etnografia do caso brasileiro foi realizada na Ilha da Marambaia localizada no sul do estado do Rio de Janeiro. Os dados etnográficos relevam como estas ?identidades sociais? ? tão marcadas pela dedicação ao ofício pesqueiro ? são acionadas e de que maneira elas são reconhecidas pelos estados nacionais e pelos próprios grupos sociais. Desse modo, buscaremos lançar algumas reflexões sobre os limites dos usos das teorias das identidades quanto as suas condições de tratar quadros sociais que se diferenciam com relação ao conteúdo simbólico e moral que definem formas e ritmos distintos à produção das identidades dos atores na esfera e no espaço público

[Trabalho completo](#)

### **Categorias e enunciados nativos: considerações sobre etnografia e conhecimento naturalístico numa comunidade de pescadores lacustres (Zacarias/Maricá-RJ)**

**Autoria:** Marco Antonio da Silva Mello

Categorias e enunciados nativos: considerações sobre etnografia e conhecimento naturalístico numa comunidade de pescadores lacustres (Zacarias/Maricá-RJ) pretende examinar a partir do exame de algumas categorias e enunciados sobre a pesca, o 'manejo' e a 'gestão' do exuberante ecossistema litorâneo configurado pela restinga de Maricá e a complexidade de seu sistema lagunar, apresentar o refinamento de uma concepção socioambiental nos termos de uma teoria nativa em sua formulação vernacular à qual, no curso da etnografia resultante do work de campo no povoado de Zacarias, engastado na restinga, às margens do Lago Grande de Maricá, denominamos: "fisiocracia agreste".

### **Conflitos de Gênero em Colônias de Pescadoras e Pescadores**

**Autoria:** Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

A história dos conflitos de gênero na pesca artesanal em Pernambuco inclui necessariamente o debate sobre o acesso das mulheres a espaços de poder e decisão na pesca artesanal, ou seja ocupar o cago de presidente das Colônias de pescadoras e pescadores. Neste contexto, um momento disruptivo na história da pesca artesanal foi a eleição da 1ª pescadora a presidente de Colônia de pesca em 1989, Joana Mousinho, ela se constituiu, na época, na única liderança feminina desta categoria em Pernambuco e no Brasil. A pesquisa está fundamentada na epistemologia feminista e na literatura que envolve gênero, pesca e meio ambiente e em um conjunto de dados coletados a partir do arquivo pessoal de Nilza Montenegro, ela atuou por meio da Comissão Pastoral da Pesca durante duas décadas do século XX, no litoral Norte de Pernambuco, especialmente em Itapissuma. A proposta metodológica de conhecimento situado, contribuiu na escolha pelos pressupostos da pesquisa-ação, que inclui a troca de saberes e a elaboração conjunta com a comunidade de diversos produtos, entre eles: radionovelas, cartilhas, reuniões, palestras e cursos que envolvem a devolução dos dados e dos resultados. A pesquisa possibilitou resgatar o cotidiano de resistência,



histórias de superação de conflitos e visibilizou mudanças nas relações de gênero, expressas nos espaços de poder e de work.

### **Entre a consulta e a deliberação: uma análise sobre o papel dos conselhos em unidades de conservação**

**Autoria:** Tatiana Calandrino Maranhão, Valéria Penchel Araújo

Neste work, propomos discutir como a ideia da participação social tem sido incorporada na política ambiental brasileira através da criação e atuação dos conselhos em áreas decretadas como unidades de conservação. Para tanto, realizaremos uma análise comparativa acerca da implementação dessas políticas a partir de pesquisas realizadas em dois contextos empíricos: a Reserva Extrativista Marinha - Resex-Mar do Arraial do Cabo e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Parnaso. Ambas as áreas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, são consideradas como unidades de conservação federais. De acordo com a legislação ambiental, tais unidades devem contar com conselhos, que se apresentam como espaços públicos para discussão das regras de uso do ambiente protegido. As áreas consideradas de uso sustentável ou uso direto, como as Reservas Extrativistas, concedidas às populações extrativistas tradicionais, deverão ser geridas por um conselho deliberativo que, de acordo com a lei, será presidido pelo órgão público ambiental responsável por sua administração e constituído por representantes de outros órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, consideradas beneficiárias. Neste sentido, o conselho deliberativo da Resex-Mar de Arraial do Cabo reúne representantes de associações de pescadores, moradores, empresas voltadas ao turismo, bem como órgãos públicos. No âmbito do conselho, se discutem as regras sobre a pesca e turismo náutico e outras atividades inseridas no território (Araújo, 2018). Ainda de acordo com o SNUC, os conselhos deliberativos são responsáveis por aprovar o plano de manejo, o documento oficial que estabelece as regras de uso do espaço. Por outro lado, as unidades de proteção integral, como parques nacionais, devem dispor de um conselho com poderes meramente consultivos. No caso do Conselho Consultivo do Parnaso, há também discussões sobre a organização do turismo, com ênfase ultimamente na concessão dos serviços públicos concedidos a uma empresa em 2010. (Calandrino, 2018) Importa-nos compreender de que maneira estes conselhos funcionam e qual papel exercem na gestão destas áreas pelo órgão ambiental. A partir do contraste entre os dois conselhos, é possível identificar similaridades e diferenças que nos permitem concluir que estes espaços nem sempre garantem uma participação social voltada aos interesses locais, mas podem atender a diretrizes definidas em espaços distintos, como a cúpula de órgãos públicos, privilegiando determinados empreendimentos políticos e empresariais. Desta forma, esperamos contribuir para a reflexão sobre como as formas de controle institucional do Estado em áreas consideradas de interesse ecológico vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios.

[Trabalho completo](#)

### **Entre a economia e a cultura: aspectos morais de algumas atividades extrativistas em Piúma, ES.**

**Autoria:** Márcio De Paula Filgueiras, Luciana Nascimento Oliveira (estudante graduação Eng Pesca; bolsista PIBIC-IFES, Piúma); Fabio Oliveira (estudante graduação Eng Pesca- bolsista PIBIC-IFES, Piúma)

O projeto descreverá, baseado em pesquisa empírica, as estruturas de produção, repartição e consumo das pescarias, e da coleta de mariscos do litoral sul capixaba, mais precisamente do município de Piúma. Descreverá também as concepções ecológicas e sociais de tempo e espaço através das quais estas



estruturas se atualizam. Considerando as atividades descritas como fatos sociais totais, e não estritamente econômicos, e as transações como formas de reciprocidade que colocam em relação pessoas e não apenas indivíduos, nossa pesquisa investiga os princípios morais que estruturam o modo de vida local. O projeto inclui ainda investigações sobre o tema das relações de gênero e como estas se expressam na divisão de tarefas domésticas e o valor dado a estas. Tomaremos como ponto de partida a percepção dos protagonistas principais destas atividades: os pescadores, os maricultores, as coletoras de mariscos e as comunidades nas quais estão inseridos. Com isso objetivamos produzir subsídios para políticas públicas que levem em consideração o conhecimento local e as condições concretas de exercício de suas atividades. Isso aumentará a possibilidade de sucesso destas políticas ao lhes conferir maior eficácia prática e legitimidade junto aos grupos locais.

[Trabalho completo](#)

### **Narrativas das trabalhadoras da pesca artesanal: percepção sobre a dimensão ambiental e ecológica das mulheres nas comunidades tradicionais**

**Autoria:** Suelen Ribeiro de Souza, Silvia Alicia Martínez (inscrição n. 4522940)

Este work está inserido no projeto "Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas", desenvolvido por pesquisadoras/es na Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), tendo como foco a pesca artesanal. A pesca é uma importante atividade produtiva, que remonta ao período colonial brasileiro e articula saberes de indígenas, africanos e europeus (SILVA, 2015). Maneschy (1995) indica que a mulher assumiu e continua a assumir funções no processo produtivo pesqueiro, através de atividades que desempenha tanto no âmbito doméstico, quanto no espaço "público", diretamente relacionadas com a pesca, ou não, sendo responsável pela manutenção do grupo. Diante disso, busca-se discutir a visão das mulheres sobre a condição feminina na pesca no município de São João da Barra-RJ, nas dimensões ambiental e social. Na dimensão ambiental busca-se identificar os conflitos socioambientais vivenciados pelas comunidades tradicionais pela ótica feminina. Já na social procura-se observar as condições femininas nesse ambiente que historicamente é reconhecido como masculino. Os apontamentos resultam das observações e entrevistas semiestruturadas realizadas com doze (12) pescadoras, residentes nos distritos de Atafona e Barra do Açú. As narrativas nos levam a perceber que as mulheres possuem uma relação intensa com o meio ambiente, que favorece a percepção das mudanças no ambiente, como por exemplo, a escassez do pescado, que segundo elas, pode estar ocorrendo tanto pela perda da área de mangue no Rio Paraíba do Sul, em decorrência do avanço do mar, quanto pela instalação do Porto do Açú, que delimitou as zonas de exclusão de pesca em uma área antes conhecida, pelos pescadores e pescadoras, como pesqueiro de camarão (ZAPPES et al, 2016). Apesar da percepção das mudanças ambientais as entrevistadas não identificam, na maioria das vezes, os conflitos socioambientais, que trazem consequências para sua atividade produtiva. Na dimensão social, as falas nos levam a identificar que o processo de certificação da mulher na atividade pesqueira, ou seja, obtenção do Registro Geral da Pesca (RGP) - principal documento para acessar as políticas sociais trabalhistas e previdenciária -, é bem mais difícil do que para os homens, visto que a própria legislação pesqueira não reconhece legalmente o work feminino (HELLEBRANDT, 2017).

[Trabalho completo](#)

### **O CPP e a construção social e política das comunidades pesqueiras no Brasil**

**Autoria:** Cristiano Wellington Noberto Ramalho

Este estudo focaliza o work político do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), que se constituiu enquanto o





mediador mais importante da pesca artesanal no Brasil desde o seu surgimento em 1968 até os dias atuais. Os objetivos são: (a) compreender como era o cenário político, social e econômico da pesca na época do surgimento desta Pastoral; (b) analisar as estratégias e as formas de atuação desenvolvidas por este mediador político junto às comunidades pesqueiras, especialmente para enfrentar os processos de expropriação territorial impostos pela mercantilização crescente da natureza; e (c) como essa atuação influenciou e se deixou influenciar pelos debates sobre o que é ser pescador e pescadora artesanal, bem como as noções de territórios pesqueiros e de populações tradicionais no País. Os procedimentos metodológicos apoiaram-se em entrevistas com dirigentes e ex-dirigentes da Pastoral dos Pescadores, documentos, fontes de jornais e observação direta. Concluímos que os rumos construídos pelas lutas das comunidades pesqueiras guardam, na ação de assessoria do CPP, um papel de destaque, fato que também produziu seus impactos nas definições e debates conceituais sobre o que é ser pescadora e pescador artesanal no âmbito normativo e acadêmico.

### **O INEA É O DEMONIO , uma etnografia da Vila do Provetá. Ilha Grande - RJ.**

**Autoria:** Carina Santos

Esta dissertação visa a compreensão das alterações no modo de vida da população caiçara de Ilha Grande diante da possibilidade de implantação da parceria público-privada (PPP). A pesquisa se desenvolveu a partir de work etnográfico na Vila do Provetá, situada na Baía da Ilha Grande. Ganham destaque para observação a pesca e a religião, pela importância que tem na vida da comunidade. Estas duas atividades explicam a vida destes pescadores e as formas de resistência às ameaças que sofreram historicamente, estando a instauração da PPP incluída nestas.

### **Observando o "olho grande": análise de uma categoria acusatória em situações de conflito**

**Autoria:** Gabriel Calil Maia Tardelli

A categoria "olho grande" é utilizada frequentemente pelos pescadores da Praia de Piratininga, em Niterói (RJ). Trata-se de uma qualidade atribuída às seguintes pessoas e situações: à quem não quer ter um companheiro de pesca para não ter que dividir o "quinhão"; à quem não revela pesqueiros onde está ?dando? peixe ou não mostra o que foi capturado; à quem não distribui o pescado, seja com alguém que contribuiu nas operações de "encalhar" e "desencalhar" a embarcação, seja com alguém que pediu um peixe ?para almoçar?; à quem pesca eventualmente e apenas após constatar que alguém ?se deu bem?; à quem utiliza petrechos ?não-tradicionais?; à quem ?faz comércio? na praia. Neste work, a partir da análise dessa categoria acusatória, demonstro como a mesma explicita os conflitos que ocorrem na praia entre pescadores que exercem diferentes modalidades de pesca e entre pescadores e "barraqueiros" (homens e mulheres que vendem comidas e bebidas na praia, principalmente durante o verão). A meu ver, o ?olho grande? pode ser interpretado como um mecanismo de controle utilizado para combater determinadas insígnias da ideologia moderna. Nas situações que se desenrolam em Piratininga, a categoria se opõe ao individualismo daqueles que tentavam recusar as relações hierárquicas, subvertendo os papéis socialmente estabelecidos.

[Trabalho completo](#)

### **Organização política de populações tradicionais costeiras frente à indústria petrolífera: caiçaras, quilombolas e indígenas do litoral sudeste do Brasil e a exploração do petróleo da camada pré-sal**

**Autoria:** Natália Morais Gaspar

Este work foi elaborado a partir de inserção no Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, movimento social que reúne representantes de comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas da região da Costa Verde (litoral sul do estado do Rio de Janeiro e norte do estado de São Paulo), como consultora da organização não governamental Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), em projeto de controle social sobre a indústria petrolífera. Apresento reflexões preliminares sobre efeitos do contato entre empresas petrolíferas operadoras da extração e produção de petróleo da camada pré-sal e comunidades tradicionais costeiras da região, tratada pelas empresas, de uma maneira geral, como ?área de influência? da ?Bacia de Santos?. Há efeitos já notados por pescadores artesanais, muitos dos quais caiçaras, relacionados às atividades de exploração e produção de petróleo no mar ? como redução da quantidade de peixes, mudanças na localização dos pesqueiros, fauna marinha com deformações, comportamento alterado ou manchas de óleo. E há efeitos sobre a organização política de pescadores artesanais e demais populações tradicionais, alvo de medidas de relacionamento das empresas com a população afetada, que incluem ações com vistas à obtenção de licenças ambientais (indispensáveis para que os empreendimentos possam se instalar e operar, segundo a legislação brasileira) e de reponsabilidade social. Santos e Milanez propõem a noção de estratégia corporativa para analisar a atuação de corporações transnacionais (CTN) extrativas no Brasil. Em meio a táticas diversificadas, agrupáveis em padrões discerníveis segundo seus efeitos externos, cabe destacar a forma como as CTN ?buscam influenciar ? legal, alega ou mesmo ilegalmente ? tanto os agentes políticos quanto as regras e as instituições políticas voltadas à regulação de suas operações? (Santos & Milanez 2017, p. 12). Sob essa perspectiva, investiga-se o efeito de algumas das táticas que compõem a estratégia corporativa da Petrobras sobre a organização política do FCT, que tem atuado no enfrentamento de ?impactos? de grandes empreendimentos na região, por meio de parcerias com outros movimentos sociais e instituições não governamentais e governamentais. O objetivo é contribuir para a análise da atuação das CTN extrativas no Brasil, especificamente daquelas dedicadas à produção de petróleo, e seus efeitos sobre as populações costeiras, em um contexto de crescimento do consumo de petróleo na economia mundial e de crescimento da produção de petróleo no Brasil, que chegou, em 2016, ao nono lugar entre os países maiores produtores de petróleo, o que só pode ser compreendido à luz da descoberta de grandes jazidas de petróleo na camada do pré-sal.

[Trabalho completo](#)

**Os diversos usos das áreas costeiras do Brasil e o ?lugar? do pescador artesanal**

**Autoria:** Liandra Caldasso, Tatiana Walter (FURG) Márcia Umpierre (FURG) Graciele Trentin (FURG) Jéssica Fischer (FURG) Andrine Longaray (FURG) Caio Floriano dos Santos (FURG) Naita Takahashi (FURG)

Apesca artesanal, políticas públicas, licenciamento ambiental, Bacia de Campos, Fórum da Lagoa dos Patos atividade de pesca artesanal exercida ao longo de toda a costa brasileira possui características que historicamente demonstram dinâmicas socioprodutivas, ambientais e culturais peculiares, que envolvem número significativo de famílias e que, por isso mesmo, devem ser preservadas e valorizadas. Apesar disso, a retórica mostra que essa não tem sido a prática recorrente. Em anos recentes, dentre as tentativas para discutir de forma mais democrática a gestão e as políticas para a pesca artesanal, estão os incentivos para consolidação da gestão compartilhada da pesca, bem como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias junto às comunidades pesqueiras no que tange o processo de licenciamento ambiental da atividade de petróleo. Assim, a presente proposta de work pretende analisar os avanços e desafios impostos que hoje se defrontam essas políticas no que refere-se a valorização e reconhecimento da tradicionalidade da



atividade para esse grupo de trabalhadores - os pescadores artesanais da região costeira e marinha do Brasil, bem como a discussão sobre o entendimento de vulnerabilidade em tais políticas. Enfoque será dado na organização dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, via Fórum da Lagoa dos Patos e, dos grupos de pescadores artesanais da Bacia de Campos no norte fluminense que participam das medidas mitigadoras e compensatórias da atividade petrolífera.

### **Os impactos sociais causados pelo turismo na Ilha de Marudá no estado do Pará**

**Autoria:** Laysa Rosa Miranda da Costa

De acordo com o work intitulado Uma arte milenar: curral de pesca na ilha de Marudá para o projeto RENAS (Recursos Naturais e Antropologia das Sociedades Pesqueiras), objetivo deste work é expor sobre alguns impactos que o crescimento do turismo está causando na Ilha de Marudá no Pará. A ilha de Marudá é um distrito do município de Marapanim que se localiza no litoral do Nordeste Paraense no estado do Pará. A partir da década de 1930, estradas e rodovias que ligam o distrito aos grandes centros de urbanos foram construídas facilitando a locomoção de mercadorias e pessoas tornando a localidade uma das mais visitadas por turistas e grande distribuidora de peixe para os grandes centros urbanos do estado do Pará (FURTADO, 1987). Dessa forma, com os avanços de estradas, rodovias e tecnologia principalmente dos veículos, o turismo passou a ser intensificado e atualmente, juntamente com a pesca, são as principais fontes econômicas do local. Porém, essas intensificações do turismo, estão causando grandes impactos sociais na população nativa, como, na mudança de hábitos, pois o contado com pessoas dos centros urbanos causa; violência, pois o aumento de turista causa está atraindo assaltantes para a região; tradição da pesca artesanal não sendo repassada para as gerações atuais, pois muitos estão se direcionando para em ter renda a partir do turismo e não se interessam pela atividade pesqueira. Este work foi elaborado com subsidio de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo na localidade com entrevistas, observações e análises.

[Trabalho completo](#)

### **Perfil do Beneficiário na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo: colonialidade do saber e elaboração identitária.**

**Autoria:** Omar Souza Nicolau, Valeria Penchel Araújo

Resumo: O presente artigo se propõe a apresentar e refletir as estratégias discursivas da população tradicional na Resex Marinha de Arraial do Cabo - Resex Mar AC, na elaboração e elocução de sua identidade comunicada na definição do Perfil do Beneficiário. O Perfil do Beneficiário se consubstancia em uma concepção que se pretende unívoca de uma identidade, a que se dirigem as políticas públicas afeitas ao termo população tradicional. No caso da Resex Mar AC o artigo debruça-se na participação dos autores nas reuniões do ?perfil?, análise dos relatórios, gravações e na minuta da definição do Perfil do Beneficiário, em oficinas promovidas pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade ? ICMBio. As falas dos participantes, lideranças das diversidades entidades de pesca que compõem o Conselho Deliberativo da Resex Mar AC, e do segmento do turismo, são trazidas à luz para uma análise que parte do pressuposto que há uma disparidade na correlação de forças no interior do Conselho Deliberativo que conta com a maioria dos membros representantes de ?extrativistas? em sua dinâmica. Em nossa reflexão, e com aporte teórico do pensamento decolonial, argumentamos que o Perfil do Beneficiário responde muito mais a uma agenda do neocolonialismo, na medida em que os interesses do turismo náutico se sobrepõem aos da pesca, objeto primevo de reconhecimento da tradicionalidade na Resex Mar AC. Ao mesmo tempo, a afirmação equilibra-se no entrecruzamento das atividades econômicas do turismo e da pesca, que se complementam nas





estratégias de reprodução social, já que o pescador se engaja no turismo de modo a suprir a sazonalidade da pesca. A Resex Mar AC criada em 1997 propunha-se a garantir a defesa de um modo tradicional de pesca cujo controle do território se relacionava às práticas sociais, econômicas e culturais de um dado grupo social. A memória social elaborada nessa assertiva vê-se atualmente desafiada a definir sua atualização identitária pelo seu engajamento no turismo, mas sob a batuta do Estado, por intermédio de seus agentes pressionados pelos ditames do turismo náutico, cujo objeto é a mercantilização e apropriação da beleza cênica. Ademais a extemporaneidade da necessidade de definição, os métodos padronizados, organizados por uma técnica ?eficiente?, e circunscritos às oficinas de elaboração do ?perfil? , não dão conta da diversidade e do caráter relacional da elaboração das identidades da Resex Mar AC. Ao contrário, o exercício da tutela do Estado se realiza direcionando, por meio de uma agenda colonial, à subjugação e à subalternização de saberes e práticas que remontam ao saber geracional da pesca e do território marítimo, impondo mudanças concretas nas subjetividades, que, por sua vez, sinalizam reedições das formas coloniais de apropriação da vida.

### **Pescadores Deliberando: a construção do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu**

**Autoria:** Cristiane Borborema Chaché

As Reservas Extrativistas se apresentaram à sociedade no modelo de uma política pública, voltada para o reconhecimento de direitos coletivos, e de uma recusa ao modelo de políticas de governo (LOBÃO, 2006). Ao longo de sua trajetória de consolidação, esse modelo de política representou um arranjo institucional para a gestão compartilhada da pesca, que possui ?o potencial de oferecer novas oportunidades para que as populações locais possam se engajar com mais autonomia e senso de responsabilidade na construção de estratégias alternativas de desenvolvimento? (VIVACQUA, 2012). Apresentavam-se, assim, como resultado do protagonismo de um grupo social, mas que em determinado momento essa posição de sujeitos de direitos dá lugar a uma inquietante posição de tutela, resultado da perda de autonomia que outrora detinham sobre o espaço e recursos que ocupam e utilizam. Este mesmo ponto de partida resulta na eclosão de uma ?economia política do ressentimento? das populações tradicionais com o Estado ?agressor? (LOBÃO, 2006). A mudança paradigmática da RESEX de instrumento de reconhecimento de direitos para um instrumento de tutela está presente não apenas no universo social quando observada diante dos discursos de governo e de lideranças locais. Foi no mundo jurídico que ela se afirmou institucionalmente a partir de mudanças legislativas significantes que incluíram novos instrumentos jurídicos e categorias na estrutura de consolidação da RESEX, dentre eles, os Conceitos Deliberativos. Esse, entre suas atribuições, tem o compromisso de se esforçar para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade. Deste modo, o presente work busca contribuir com as discussões deste instrumento a partir da análise do caso concreto da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. Localizada no município de Niterói, compreende às praias de Itacoatiara, Itaipu, Camboinhas e Piratininga, e a Lagoa de Itaipu em seus espaços marinhos, foi criada em 2013 e é a primeira unidade estadual desta categoria no estado do Rio de Janeiro. Contudo, o que se pretende demonstrar é a aparente inexperiência com Conselhos sob o modelo Deliberativo no Estado do Rio de Janeiro. Das 33 unidades de conservação estaduais, sendo 15 de uso sustentável e 18 de proteção integral, a RESEX Marinha de Itaipu foi a primeira a instituir um Conselho Deliberativo. Ao mesmo tempo que a sua composição representava uma verdadeira conquista às representações do espaço e possuíam o poder de ?maioria? para deliberar, tendia a se assemelhar ao ?espaço do outro? (VIVACQUA, 2012), no qual prevaleciam as regras do Estado. Deste espaço, portanto, que o presente work busca discutir este instrumento do Conselho Deliberativo.

[Trabalho completo](#)



### **Quando a ficção atravessa vidas pesqueiras.**

**Autoria:** Verônica Gomes de Aquino

O work proposto apresenta a pesquisa iniciada ano de 2017, na Escola Municipal Vereador João da Silva Bezerra e nos bairros da Barra de Maricá (Divineia) e Zacarias na cidade de Maricá (RJ). O estudo tem como objetivo conhecer e documentar os processos históricos, culturais e patrimoniais das comunidades pesqueiras, através dos encontros entre os sujeitos pertencentes à centenária Escola Municipal Vereador João da Silva Bezerra. Para iniciar a conversa, buscamos no work de campo recursos, como por exemplo, a gravação no ano de 1974, de uma novela pela TV Globo que modificou alguns modos de viver das comunidades. As conversas produziram registros orais, imagéticos e outros recursos utilizados nos works etnográficos. Descrevemos aqui, a importância de rever os cadernos de campo que guardam quase sempre apontamentos férteis para o momento da escrita. Estudar os registros entre a Escola e os bairros, fez com que as famílias dos pescadores conversassem sobre suas histórias que estiveram adormecidas. Narraram como, por décadas lutaram, para ter uma Escola que garantisse a incorporação dos conhecimentos pertencentes aos modos de viver na Barra de Maricá e Zacarias. As lembranças sobre a novela -?Fogo sobre terra?- produzida na Barra de Maricá e Zacarias em 1974, foram de grande importância para a produção de mapas e textos dos alunos, que levaram ao reconhecimento, histórico geográfico e cultural dos bairros e muitas outras histórias. Objetos de uso cotidiano, jornais, revistas e a mídia televisiva de diferentes épocas surgiram. Atualmente, a pesquisa busca documentar as histórias das tecnologias hídras, ou seja, os pescadores e suas famílias narram como durante anos fizeram seus poços e utilizaram a água nos bairros e ainda conversam sobre a atual crise hídrica e algumas possibilidades de superação desta crise com os recursos ambientais existentes na cidade de Maricá. A pesquisa junto às comunidades de pesca, o encontro entre famílias e os conhecimentos produzidos através dos tempos, formam movimentos de vida e morte todos os dias, gerando possibilidades da elaboração de múltiplos outros saberes.

[Trabalho completo](#)

### **Sobre vínculos não inocentes: desenvolvimentismo e ambientalização em duas comunidades costeiras, Barra do Riacho e Regência Augusta, no Espírito Santo**

**Autoria:** Eliana Santos Junqueira Creado, Aline Trigueiro

O cenário capixaba conjuga de modo muito paradigmático tensões e problemas em duas frentes de estudo: (a) a implantação e a expansão de empreendimentos industriais e de exploração minerária, e (b) a da criação de áreas protegidas destinadas à conservação da biodiversidade. Comumente, aborda-se os dois assuntos em separado no Espírito Santo, com poucas pesquisas voltadas para analisar as interfaces desses dois conjuntos de problemas e sobre como se processam em circunstâncias locais e regionais, principalmente quanto às mudanças causadas em coletivos de natureza e cultura como os categorizados como comunidades pesqueiras. A presente proposta objetiva então tratar os dois temas como faces de um mesmo processo que, inclusive, convergem temporalmente. E, ao contrário de posições naturalistas, como a de ambientalistas, as unidades de conservação tentam cada vez mais articular o desenvolvimento nos próprios espaços que tentam circunscrever e nas áreas de seu entorno, através, dentre outros mecanismos, do princípio do poluidor-pagador, da compensação ambiental, de programas de geração de renda, da transformação da natureza (ou, melhor, do que seus representantes chamam de natureza) em commodities, por exemplo, via o turismo. Como pano de fundo, há a visão fatalista de que não há nada mais a fazer do que reduzir redes ontológicas outras em recursos naturais a serem explorados economicamente. E, em escala mais ampla, encontramos os projetos de modernização do estado, modernização entendida enquanto progresso e



desenvolvimento econômico. Pensaremos as situações de duas comunidades específicas: Barra do Riacho, situada no município de Aracruz, que se configura como área tornada pólo industrial, e área de influência da Fibria (produção de celulose) e da Petrobras, onde ainda se desempenha a atividade da pesca; e a vila de Regência Augusta, situada no município de Linhares, na margem sul do rio Doce, que se caracteriza também como vila pesqueira onde havia o crescimento do turismo cultural e de natureza. Ambas as comunidades, como toda a costa do Espírito Santo foi atingida de alguma forma pelos rejeitos de mineração que desceram o rio Doce, a partir de Bento Rodrigues, em Minas Gerais, e chegaram ao Oceano; sendo que os agenciamentos ligados a esse fato ainda estão em curso e afetaram também as duas comunidades. Os works foram desenvolvidos com metodologias múltiplas, no âmbito do Programa de Extensão intitulado ?Áreas protegidas e grandes projetos de desenvolvimento no horizonte de vivências das comunidades locais: os impactos socioambientais e os seus desdobramentos?, financiado pelo PROEXT/MEC, ao longo do biênio 2016-2017. O referido programa foi coordenado pela profa. Aline Trigueiro, e desempenhado pela equipe do GEPEDES/UFES.

### **Territorialidades, conocimientos, transformaciones y conflictos en un estudio sobre pesca artesanal en Laguna Garzón (Uruguay)**

**Autoria:** Leticia D'Ambrosio Camarero, Inti Clavijo Viviana Cuberos

A lo largo de diferentes instancias de interlocución enmarcadas en un proceso etnográfico que busca comprender y conocer las formas de relacionamiento de los pescadores con su entorno se han ido revelando diferentes formas de categorización y significación del conocimiento generado en las prácticas de la localidad, que a nuestro criterio resultan interesantes de cristalizar en esta presentación. La investigación se llevó a cabo en la Laguna Garzón ubicada entre los Departamentos de Maldonado y Rocha donde se desarrollan las pesquerías artesanales y junto a la cual residen los pescadores y sus familias. En este trabajo entendemos por pesca artesanal a aquellas actividades vinculadas a la explotación y procesamiento de diversos bienes costeros, actividades desarrolladas por hombres y mujeres, tanto en tierra como en el agua, vinculadas directamente a la extracción de recursos naturales para su consumo y comercialización, en torno a las cuales se ha desarrollado un conocimiento y apropiación del espacio. El estudio apunta a conocer las territorialidades y cosmografías que atraviesan a los pescadores desarrollan su actividad y su vida. Al mismo tiempo que es entendido en relación a otros espacios, por la movilidad que presentan los pescadores hacia otras lagunas, dependiendo de las zafras y de las diversas especies. El conocimiento de las mismas revela un complejo corpus de descripciones de dichas especies, en relación con las condiciones que presenta la laguna. Se observa una marcada estacionalidad, un calendario ecológico y un calendario social. La territorialidad nativa y las formas de georeferenciación se vinculan con la movilidad y características de las especies capturadas. El entorno está marcado por un gran dinamismo en el que interactúan humanos y no-humanos. Al mismo tiempo buscamos comprender las formas de relacionamiento con diferentes agentes que interactúan en la zona teniendo en cuenta que se encuentra localizada en el espacio limítrofe entre dos Departamentos del Uruguay (Maldonado y Rocha) y que a su vez, la Laguna se halla inserta en un Área Protegida del SNAP (Sistema Nacional de Áreas Protegidas) desde el año 2014, siendo uno de los lugares más privilegiados para practicar deportes y un área turística en constante crecimiento urbanístico. El cual se ha intensificado a partir de la construcción de un puente sobre la laguna que conecta ambos departamentos, anteriormente conectados por una balsa que funcionaba en un horario determinado. Estas y otras complejidades han ido surgiendo a lo largo del trabajo de campo, mostrando sus formas de desenvolverse en la realidad cotidiana. Asimismo aparecen aspectos vinculados a lo legal y a lo jurídico que hacen efecto en la vida de estas personas y en su aprovisionamiento.



## [Trabalho completo](#)

### **Territórios em disputa: a avanço neoextrativista e a invisibilidade de territórios pesqueiros em Áreas Marinhas Protegidas**

**Autoria:** Rafaela Cristina Rodeiro de Farias

O artigo pretende produzir um debate sobre as renovadas investidas do imperialismo extrativo, seus efeitos sobre os territórios pesqueiros em ambientes costeiro-marinhos e sua influência sobre as políticas de conservação e de áreas protegidas no Brasil. Busco analisar os processos de reestruturação territorial promovido pelo extrativismo petrolífero nos espaços costeiro-marinhos protegidos, tomando como estudo de caso os processos de desterritorialização em duas Reservas Extrativistas Marinhas: a Resex Marinha da Baía do Iguape/BA e a Resex Marinha do Arraial do Cabo/RJ, sendo uma situada em região predominantemente rural e a outra situada numa região com forte influência urbana. A Resex Marinha da Baía do Iguape teve os limites de seu polígono alterados, onde significativa área de manguezal foi excluída para a implantação do Polo Industrial Naval, de apoio à da indústria do petróleo, e, em contrapartida, teve seus limites ampliados em outra área que sobrepunha a proposta de um território quilombola em processo de reconhecimento. Em Arraial do Cabo, situado em zona estratégica de prospecção e produção petrolífera do país, o Porto do Forno, no interior da Resex Marinha do Arraial do Cabo, passou por processo de reconfiguração produtiva para a demanda offshore de suporte à indústria petrolífera. Em ambos contextos, resguardadas as particularidades locais, a corrida pelo "ouro negro" através dos modelos neoextrativistas de produção se revela como um padrão da internacionalização da economia e se traduz tanto pela internacionalização dos recursos naturais, quanto por uma nova distribuição das consequências e riscos ambientais e sociais. O afastamento de seus meios e espaços de produção, a exploração e a apropriação de bens comuns, os processos expropriatórios, a legitimação do uso do território - numa outra racionalidade, configura formas de violência (material e simbólica) sofrida pelas comunidades beneficiárias das Reservas Extrativistas em tela. Os conflitos e impactos ambientais e sociais das indústrias extrativas inauguraram novas tensões sobre os territórios. Contudo, a resistência do movimento social gera diferenciadas respostas a partir das comunidades locais, sendo observadas formas diversas tanto de uma suposta colaboração como também de insurgência, que podem ser indicadores de estratégias concretas de sobrevivência. O agenciamento do Estado, nestes contextos, fomenta o desenvolvimento do modelo neoextrativista de produção que se opõe às políticas de conservação da biodiversidade e de "manutenção dos modos de vida das populações tradicionais" (conforme preconiza o decreto de criação das unidades de conservação), mantendo políticas públicas alinhadas a agenda hegemônica capitalista, neocolonial e imperial.

## [Trabalho completo](#)

### **Turismo e violação de direitos em territórios indígenas no Brasil, Argentina e Chile: as formas de resistências em zonas costeiras e regiões de lagos**

**Autoria:** Isis Maria Cunha Lustosa, Sebastián Valverde Francisca de La Maza

Aborda-se sobre a pesquisa comparada em Brasil, Argentina, e Chile, com povos indígenas do Nordeste brasileiro e o povo Mapuche, em que se focaliza o turismo como um vetor da identidade étnica frente às transformações territoriais geradoras de conflitos fundiários, ambientais, culturais e políticos. O estudo do turismo em territórios tradicionais contribui para se discutir as implicações nefastas de grandes projetos desenvolvimentistas que expropriam territórios costeiros e a margem de lagos. Também, revela-se como o turismo se torna forma de resistência, em que povos indígenas assumem como gestores em experiências de turismo comunitário (Brasil), turismo étnico e cultural (Argentina) e turismo Mapuche (Chile). Estes países



têm vivenciado reivindicações dos povos indígenas por efetivação dos direitos como povos originários, estando os movimentos indígenas e as suas representatividades parceiras ocupando os espaços acadêmicos, governamentais e não governamentais para expressarem os seus protagonismos nas lutas comuns por seus direitos constitucionais e internacionais. Na situação brasileira, apesar de conquistas desde a Constituição de 1988, os povos continuam enfrentando violações dos atuais governos neoliberais anti-indígenas. Violações também latentes nas situações com os Mapuche na Argentina e no Chile.

### **Viver o mar: as territorialidades na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.**

**Autoria:** Lícia Cristina Viana Silva Santos

Este work pretende abordar a questão da territorialidade nos ambientes marítimos caracterizada pelos pescadores e pescadoras artesanais e como esse conceito é discutido em disciplinas como a antropologia e a geografia. A partir desse problema, pretendo refletir sobre as formas como as territorialidades estão vinculadas aos saberes e práticas e as relações entre pessoas. O caso empírico escolhido oferece os elementos para pensar como essas territorialidades são configuradas na pesca artesanal em Atins, uma comunidade tradicional localizada no município de Barreirinhas, no Maranhão e dentro do perímetro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. O tratamento desse problema contribui para a compreensão dos desafios que se impõem à pesca artesanal nessa comunidade tradicional, visto que além das territorialidades que são familiares aos pescadores artesanais já estarem em recorrente transformação em função da agência da natureza e propiciar mudanças dos locais de pesca, há também uma sobreposição na forma de pensar o território, já que a perspectiva conservacionista adotada pelo órgão ambiental do Estado não leva em conta aquela que orienta o modo de vida dos pescadores. Para refletir sobre a forma como essas várias formas de pensar e viver a territorialidade na pesca artesanal em Atins se processa, utilizarei desenhos feitos por alguns pescadores e pescadoras combinados com imagens de satélite que além de nos dar um panorama das transformações causadas pela agência da natureza e a maneira como classificam esses espaços ao longo do tempo, mostram também o uso que fazem dos ambientes marítimos para a pesca artesanal nesses territórios pesqueiros em constante transformação.

[Trabalho completo](#)

### **?A BAÍA QUE PUXA DEMAIS?: territórios, saberes e desafios da atividade pesqueira artesanal na Baía de Marajó, Pará.**

**Autoria:** Adriana Guimarães Abreu, Edna Ferreira Alencar

O artigo analisa o modo como pescadores artesanais do município de Ponta de Pedras, arquipélago do Marajó, estado do Pará, percebem e interagem com o meio ambiente aquático e constroem sua identidade como pescador ao desenvolver suas atividades de pesca na Baía do Marajó Açú, Estado do Pará. O objetivo foi compreender como ocorre a interação com o território marítimo, e o papel que os naufrágios possuem na construção da identidade de pescador, usados como exemplo da vida de sofrimento que os pescadores artesanais vivenciaram. Os dados analisados foram coletados mediante pesquisa etnográfica realizada entre os meses de junho a julho. A análise aponta que os naufrágios podem ser tomados como exemplos da importância do aprendizado das técnicas e dos saberes sobre o ambiente, e também dos macetes para poder se sair dos perigos impostos pelas marés que fazem da Baía de Marajó um ambiente hostil, marcado pelo risco iminente de naufrágios. Nesse sentido, o mapeamento dos pontos de pesca, e dos lugares onde estão as pedras é essencial, assim como o domínio do conhecimento sobre a hora certa para sair para pescar, pois com as variações nos níveis das marés ao longo do mês, sob a influência da lua, faz com que as pedras só





buia quando ta bem seco. As conclusões apontam que o mapeamento do território marítimo e a experiência adquirida com os naufrágios e os sofrimentos na realização da pesca vivenciados pelos pescadores são parte dos conhecimentos sobre os riscos e os perigos, necessários para que os pescadores artesanais consigam realizar suas pescarias enfrentando as águas ?que puxam demais?, e a partir de onde eles constroem as suas identidades.



## Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**  
**Diretoria da ABA 2017/2018**  
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

